

## MENORES DE IDADE NA CRIMINALIDADE E O DISCURSO DA REVISTA VEJA

Patrícia Zancanaro Godin (UNIOESTE)

**RESUMO:** Através do trabalho da paráfrase discursiva, o adolescente que comete ato infracional vem sendo representado na memória social como bandido. Esse efeito de sentido é cristalizado por meio do discurso jornalístico na medida em que este produz enunciados que geram efeitos de sentido negativos sobre esses jovens, em matérias que tratam de crimes cometidos por adolescentes. Neste trabalho, pretende-se identificar quais efeitos de sentido emergem do discurso da revista **Veja** sobre adolescentes que cometem ato infracional. Através da análise de uma sequência discursiva retirada da linha fina de uma matéria publicada pela revista sobre o tema, analisada sob o viés da análise de discurso a partir dos conceitos de discurso, sentido, paráfrase, polissemia, formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso, busca-se desenvolver uma discussão que torne visível a emergência de determinados sentidos em detrimento de outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente que comete ato infracional. Análise de discurso. Efeitos de sentido.

**ABSTRACT:** Through the work of the discursive paraphrase, the adolescent who practices an infraction is represented in the social memory as a bandit. This effect of meaning is crystallized through journalistic discourse insofar as it produces statements that generate negative effects on these young people in news that deal with crimes committed by adolescents. In this paper, we intend to identify which effects of meaning emerge from the discourse of *Veja* magazine about adolescents who practice an infraction. Through the analysis of a discursive sequence taken from the thin line of a new published by the magazine on the subject, analyzed under the understanding of discourse analysis From the concepts of discourse, sense, paraphrase, polysemy, discursive formation, ideological formation and interdiscourse, we seek to develop a discussion that makes visible the emergence of certain senses to the detriment of others.

**KEYWORDS:** Adolescent who practices an infraction. Discourse analysis. Effects of meaning.

### 1 INTRODUÇÃO

A questão da criminalidade na adolescência é um assunto que tem causado discussões na sociedade nos últimos anos. O adolescente que se envolve em ato infracional é, comumente, estigmatizado por um consenso social de criminoso. O estigma é imposto à memória social por meio da disseminação de efeitos de sentido negativos veiculados pela grande imprensa.

Há muito os adolescentes que cometem ato infracional (doravante, ACAI) são taxados socialmente como indivíduos sem futuro e propensos à criminalidade na vida adulta. A propagação de um perfil descredibilizado vem acompanhada de um desejo social de punição. Nesse sentido, a socialização, medida estipulada em lei para a recuperação destes jovens, é vista, por muitos, como uma forma amena de penalização.

Dentre as alternativas apontadas como solução para a criminalidade na adolescência, o endurecimento da legislação por meio da redução da maioridade penal para 16 anos é uma delas, sendo defendida por uma parcela da sociedade. A discussão é histórica e cada vez mais divide opiniões e causa polêmica. A mídia, por sua vez, cumpre o seu papel neste embate. Fazendo-se presente em todos os lugares e momentos da vida dos indivíduos, a mídia, por meio dos veículos de comunicação e do discurso jornalístico contribui para a construção de sentidos positivos ou negativos acerca de determinados assuntos.

Os grandes veículos midiáticos brasileiros vêm, há décadas, ‘apresentando’ e ‘representando’ a realidade em termos de informação, atuando sob os pilares da informatividade, neutralidade e imparcialidade. Os veículos de comunicação têm entrado nas casas brasileiras e retratado a realidade tal qual ela lhes interessa e se intitulam porta voz da verdade. Todavia, “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. (GREGOLIN, 2007, p. 16)

Apesar disso, a realidade construída pelo discurso jornalístico atinge o imaginário social e contribui para construção de interpretações acerca de acontecimentos e até mesmo da ênfase que é dada a cada acontecimento. Conforme destacam Silva e Soares (2008, p. 70),

Como aparelho privado de hegemonia, os órgãos de imprensa propõem permanentemente interpretações sobre a realidade que acabam contribuindo para que os leitores formulem suas visões de mundo. Essas formas de pensar influenciam nos comportamentos políticos e sociais dos sujeitos históricos.

Pensar em veículo midiático brasileiro de representatividade remete a pensar na revista **Veja**. Os números expressivos de venda a tornam representativa no cenário nacional e seus posicionamentos, ligados a acontecimentos de âmbito nacional, são significativos. Ao longo de sua história, **Veja** tem se posicionado significativamente no que se refere a discussões de cunho político demonstrando-se aliada a ideias associadas ao liberalismo econômico e às políticas de direita.

Em um estudo sobre a revista, Silva (2005, p. 632) conclui que a revista define-se como não apenas como adepta dos partidos neoliberais de direita, mas sim, a revista, “age como partido político, na acepção gramsciana do termo”.

Assim como ocorre com os demais partidos políticos, existe para *Veja* um projeto e um programa de ação que são estabelecidos em conjunto com outros grupos. A revista assume o papel de Estado Maior de um projeto discutido no âmbito do Fórum Nacional, entidade vinculada ao Instituto de Altos Estudos, coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. Dele fazem parte remanescentes de vários grupos de organização da direita que se articularam em torno de um projeto, vinculados ao complexo IPES/IBAD/ESG e posteriormente ao Movimento Democrático Brasileiro. Eles foram a base intelectual do projeto econômico posto em prática pela ditadura militar (SILVA, 2005, p. 633).

A autora citada ainda destaca que a revista possui todo um projeto pedagógico voltado para a consolidação de seus ideais capitalistas e combate aquilo que seria vinculado a ideias esquerdistas, como os movimentos sociais, industriais e de trabalhadores.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a revista busca a consonância entre os interesses particulares do projeto **Veja** e os rumos governamentais de uma política brasileira que caminhe em direção à ordem neoliberal; logo, “uma revista como **Veja** é um instrumento da luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento histórico”. (SILVA, 2005, p. 36)

Entretanto, deve-se ressaltar que, para a análise de discurso (doravante, AD), a qual servirá como base teórica para este trabalho, os dizeres são determinados pelas formações discursivas em que os sujeitos se inscrevem e são afetados pelas condições de produção de cada discurso. Logo, **Veja** não foge à regra. Aquilo que ela toma como ‘verdade’ nada mais é do que o discurso construído a partir dos elementos históricos e ideológicos que afetam o seu processo. Deve-se, portanto, pensar no discurso de **Veja** como um discurso reproduz e sustentada valores relacionados às posições ideológicas que se assentam sobre formações discursivas dentro de uma estrutura social com relações de classes.

De acordo com Gregolin (2007, p. 13), “a articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos”. Enquanto a mídia produz sentidos, a análise de discurso se propõe a investigar como os indivíduos são afetados por eles em termos de leitura de mundo.

Portanto, uma análise desenvolvida a partir da AD contempla aspectos que estão além do dito, superam o plano superficial da leitura, expõem o que está implícito e, além disso, mostra como os não ditos significam.

Nesse sentido, para entender como Veja constrói seu discurso sobre os ACAI, este trabalho de propõe a analisar uma sequência discursiva retirada da linha fina da matéria intitulada: **O dever de reagir**, da edição 2460 da revista **Veja**. Busca-se identificar os elementos que constituem o discurso da revista e que possibilitam a construção de determinados sentidos em detrimento de outros.

## 2 O ADOLESCENTE INFRACIONÁRIO EM DISCURSO

O trabalho com a AD não busca se debruçar sobre questões de organização dos signos ou sobre regras normativas. A ela interessa o sentido produzido na/pela língua. Ela procura “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral do homem e da sua história” (ORLANDI, 2010, p. 15) e compreender os sentidos dos textos considerando o sujeito inscrito numa circunstância histórica dada e observando o homem significando e compreendendo significados enquanto efeitos de uma determinada sociedade. Conforme explica Orlandi (2010, p. 15),

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Dessa maneira, o que interessa à AD é a significação, ou seja, a língua enquanto produtora de sentidos, levando em conta os fatores externos que a afetam e que levam o homem a falar de uma maneira e não de outra.

O conceito de discurso parte, sobretudo, de Pêcheux (2014) e não representa um objeto no sentido empírico do termo. O discurso aponta para funcionamento da linguagem e coloca em relação sujeitos afetados pela língua e pela história em um complexo processo de constituição de sentidos e dos próprios sujeitos. Conforme explica Orlandi (1987, p. 107),

A noção fundamental, parece-me, é a de funcionamento. Quer dizer, do ponto de vista da Análise do Discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de posicionamento dos protagonistas e do objeto do discurso.

A autora esclarece que fazem parte do discurso outros fatores além dos ingredientes linguísticos; portanto, ele não pode ser concebido como transmissão de informação ou meio de comunicação, já que a linguagem serve também para não comunicar. Dessa forma, o que acontece entre os interlocutores é o processo de produção de efeito de sentidos: “o termo *discurso*, [...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014, p. 81).

Aproximar o discurso do processo de significação e distanciá-lo do conceito de transmissão de informação, permite refletir sobre o funcionamento da linguagem de maneira não reducionista, isto é, pensar a linguagem a partir da perspectiva do discurso implica considerar a relação entre língua e exterioridade.

Conceituar discurso, portanto, significa “colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Lingüística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Logo, pensa-se em discurso como local de materialização da ideologia. Nas palavras de Brandão (2004), ele é o ponto onde se articulam processos ideológicos e fenômenos lingüísticos.

Segundo Fiorin (1990, p. 177),

o discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáxicos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos.

‘Discurso’ não possui, portanto, um sentido empírico, não representa a comunicação entre interlocutores da enunciação e não pressupõe um sistema, pelo contrário, o ‘discurso’ pressupõe um funcionamento e uma materialidade ideológica dos aspectos que envolvem e afetam os homens em suas relações sociais, colocados em uma determinada classe no seio da sociedade.

Convém, ainda, diferenciar ‘discurso’ e ‘texto’: “enquanto o texto é um enunciado materializado, o discurso abarca uma esfera mais ampla da prática de linguagem” (ORSATO, 2009, p. 53). Assim, o discurso compreende vários textos presentes na sociedade, sendo o último, portanto, apenas uma ponta do iceberg de uma formação discursiva (doravante, FD).

Em suas relações cotidianas e sociais, o homem produz discursos em diferentes esferas. Estes discursos materializam-se através de textos que circulam na sociedade e se inscrevem em diferentes gêneros.

Todavia, o que interessa para a AD é o estudo do texto a partir de seus aspectos histórico-ideológicos. Isso implica remetê-lo a determinada FD e esclarecer suas condições de produção, isto é, quem produziu o texto, para quem ele foi produzido, em que momento histórico e quais eram as relações ideológicas que afetavam o contexto de produção. Conforme explica Pêcheux:

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 2014, p. 78).

Até os desdobramentos que levaram a linguística a ser concebida como ciência, estudar um texto era

colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão do texto, e da atividade do gramático sob modalidades normativas ou descritivas; perguntávamos ao mesmo tempo: ‘De que fala este texto?’ e ‘Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?’ ou então ‘Quais são as normas próprias a este texto?’ (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

Assim, por muito tempo, olhou-se para os textos como unidade pronta e acabada da língua, desta maneira, estabelecer a sua ‘compreensão’ significa transcorrer sua superfície para entender o que ele diz e/ou como ele diz. Um destes caminhos seria a Análise de Conteúdo que, de acordo com Pêcheux (2014, p. 63) se situa, “em um nível supralinguístico, pois o que está em questão é o acesso ao sentido de um segmento do texto, atravessando-se sua estrutura linguística”.

A AD contesta a noção de significação sustentada pela Análise de conteúdo, pois, “para ela, o sentido de um texto são as informações que ele contém” (POSSENTI, 2005, p.

358) e seu método de leitura se baseia no levantamento da informação representada por categorias temáticas. Para a AD, para chegar ao sentido de um texto, é preciso remetê-lo a condições de produção específicas:

A ruptura da AD com a análise de conteúdo se dá tanto pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas quanto pela diferente abordagem do sentido: em lugar de seu tratamento como informação, AD introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores (POSSENTI, 2011, p. 358).

Portanto, o fator relevante é analisar o texto enquanto discurso, isto é, desvendar o que não está dado na superfície linguística, ou seja, os aspectos ideológicos, sociais e históricos que envolvem, em primeira instância, a produção do discurso até sua materialização enquanto texto:

Entendemos, portanto, discurso como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Logo, pensar em discurso leva a pensar em efeito de sentido, e fazer análise de discurso significa decifrar porque o discurso é construído como é, quais são as relações que o cercam, como os ditos se organizam e os não-ditos significam. O analista deve transcorrer a superfície linguística, buscando as marcas deixadas pelo ideológico que determinam o curso de cada discurso.

O discurso possui um fio que se liga a outros ditos e também não ditos para construir o sentido. À AD, importa mostrar como um dito silencia outro e também porque os ditos vêm à tona e não outros, como se exemplifica a partir da SD abaixo retirada da edição 2460 da revista **Veja**:

(SD01) Por ser menor de idade, o assassino de Victor Deppman vai ficar não mais que três anos internado. Isso tem de mudar.

De acordo com a SD acima, **Veja** afirma que o adolescente de idade que matou o rapaz Victor Deppman ficará três anos internado por cometer o crime apenas por ter menos de 18 anos. Ao final da SD, a revista enfatiza que essa situação precisa mudar. Ao analisar discursivamente esta SD, verifica-se que a expressão “**não mais que**” indica que o tempo que

o adolescente ficará internado é um tempo curto. Para **Veja**, seria necessária uma pena maior que três anos pelo assassinato. Já em “**Isso tem de mudar**” mostra que **Veja** faz parte de uma FD que entende que os ACAI devem ser condenados e punidos como adultos.

O que não está dito nesta SD é que ambos os rapazes eram menores de idades; tanto Victor Deppman quanto o rapaz que cometeu o assassinato. Entretanto, o adolescente assassinado pertencia à classe média. Ao se referir ao jovem morto pelo nome, **Veja** cria um efeito de sentido que reforça sua identidade. O fato de que ele tinha nome e sobrenome, uma família e um lugar na sociedade, enquanto o adolescente que cometeu assassinato é designado como ‘assassino’ age produzindo sentidos negativos sobre o segundo adolescente, destituindo-o de uma identidade, de um lugar e relegando-o a prisão.

Resta a esses sujeitos a segregação, como se aqueles que estão à margem o fazem por escolha própria, apagando as (não) condições de estarem em outro lugar, considerado, por quem vive “dentro” das regras comuns, o lugar de quem trabalha, estuda, enfim, sobrevive ‘dignamente’ (ADORNO DE OLIVEIRA, 2015, p. 197).

É da ordem da enunciação colocar o dito em relação com o não dito. O que é interdito também significa; assim, o ideológico se manifesta na língua, cria realidades e produz (efeitos) sentidos.

Tendo em vista que pensar em discurso implica pensar em efeito de sentido, faz-se necessário abordar como o sentido é entendido pela AD.

Ao colocar em relação os aspectos linguísticos e os fenômenos históricos na construção dos dizeres, a teoria do discurso de Pêcheux contempla uma noção peculiar de sentido, rompendo com a ideia de um sentido único e literal, visto que a língua não é um sistema fechado e imutável, mas sujeita às “condições de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 22).

A teoria proposta por Pêcheux (2014, p. 81) traz a ideia de “efeito de sentido” que é gerado no interior de uma FD e é afetado por determinações externas.

De acordo com Cattelan (2008, p. 34),

Pensar o sentido como um efeito é assumir que os recursos da língua não são estáveis; é afirmar que o sentido que assumem são próprios do acontecimento discursivo de que fazem parte, podendo não vir a se repetir.

Para a AD, o sentido não está colado às palavras e não tem uma relação direta com o mundo e com as coisas: “o sentido não é função de um significante/palavra, mas de uma dupla ou de uma (n)upla de significantes/palavras em relação de mútua substituíbilidade” (POSSENTI, 2005, p. 372).

Dessa maneira, descarta-se a literalidade ou pré-determinação dos sentidos. Também não se pensa em correspondência entre significante e significado como propunha Saussure. O sentido é construído a partir de posições ideológicas e históricas dadas e é formulado no interior de uma FD, por meio de um processo complexo que independe da vontade e da consciência do enunciador. Sobre isso, Pêcheux (1995, p. 161) afirma:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Para refletir sobre a questão da determinação do sentido, Pêcheux (2014) esboça o conceito de ‘efeito metafórico’, sendo este o caso da determinação do sentido por meio da relação que uma palavra ou expressão mantém com um conjunto de outras palavras ou expressões que possuem entre si uma relação passível de substituição: “Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2014, p. 96).

Nessa perspectiva, a construção de sentido das palavras, “nunca é o sentido de uma palavra, mas de uma família de palavras que estão em relação metafórica” (POSSENTI, 2005, p. 372) no seio de uma FD.

Da mesma maneira que acontece com as palavras, também acontece com o domínio dos enunciados. O sentido dos enunciados é efeito da relação de substituíbilidade por enunciados pertencentes a uma mesma FD. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2014, p. 167), o sentido é construído e

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz de sentido’. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito.

Isto significa que, para construir o sentido, o indivíduo recorre, inconscientemente, a uma rede de palavras e enunciados já ditos, isto é, a uma família parafrástica, que se constitui como uma “matriz de sentido” (PÊCHEUX, 2014, p. 167) no interior de uma FD.

Logo, pensa-se em paráfrase enquanto matriz de sentido, isto é, como uma base de formulação do mesmo dizer, “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2010, p. 36). Embora o sujeito tenha a ilusão de ser a origem do discurso, os enunciados apenas se (re)formulam a partir de outros que repousam sob uma memória discursiva. Produzem-se, assim, diferentes formulações do mesmo.

Destaca-se que o funcionamento parafrástico e o metafórico estão imbricados quanto à constituição de sentidos. Eles trabalham como processo de sustentação e retomada dos sentidos de uma FD.

Acrescente-se à paráfrase outra noção relativa ao funcionamento da linguagem: a polissemia. Orlandi (2010, p. 38) a define como “a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”. A polissemia representa a “ruptura dos processos de significação” (ORLANDI, 2010, p. 36), isto é, o deslocamento das regras de produção da linguagem, fazendo intervir outros sentidos.

Para a autora, essas duas forças trabalham continuamente movimentando os dizeres, de modo que representam o mesmo e o diferente. Dessa maneira, segundo a autora, todo o funcionamento da linguagem ocorre em meio a um jogo entre processos parafrásticos e polissêmicos, entre o estabilizado e a ruptura.

Enquanto a paráfrase configura-se como retomada dos já-ditos, a polissemia representa o deslocamento que acontece através da “ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (ORLANDI, 2010, p. 37).

Para compreender o processo de constituição dos discursos, é preciso pensar na relação entre o mesmo e o diferente, tendo em vista que é por meio deste processo que os sujeitos e os sentidos se movimentam. Ademais, a AD pensa na linguagem enquanto polissêmica, isto é, a língua sujeita a equívocos, com margem para deslizos e lugar do possível, em que se manifestam os fenômenos ideológicos que circunscrevem o homem e suas relações.

Logo, entender quais são os efeitos de sentido gerados pelo discurso da **Veja** implica analisar como ocorrem os processos parafrásticos e polissêmicos no discurso do semanário, ora (re)formulando sentidos cristalizados, ora movimentando outros sentidos. Para tanto, apresenta-se a seguir uma análise sumária da SD exposta no item anterior; busca-se aqui entender quais são os efeitos de sentido propiciados pela SD.

(SD01) Por ser menor de idade, o assassino de Victor Deppman vai ficar não mais que três anos internado. Isso tem de mudar.

Ao afirmar que **isso tem de mudar**, **Veja** se refere à legislação brasileira que determina que o período máximo de internação de ACAI seja de três anos. Nessa passagem, a afirmação do semanário vai ao encontro de um consenso cristalizado sobre o menor criminoso e de defesa da redução da maioria penal.

O que se verifica nessa SD é uma paráfrase de que adolescente que comete crime é bandido e deve ser condenado e punido como adulto. Enfatizam-se **os três anos** como um tempo curto, expõe-se uma necessidade de mudança e, dessa maneira, produz-se um outro/mesmo dizer a partir de um sentido já sedimentado.

Os efeitos de sentido produzidos por esse discurso se restringem a construções que apontem para a penalização e a depreciação dos ACAI, uma vez que são determinados pela FD de que **Veja** é suporte.

Para precisar o trabalho da FD, aborda-se a seguir sobre o conceito e a relevância para a teoria do discurso enquanto instância onde se constitui o sentido.

Para a AD, o que o sujeito diz é determinado pela FD e atravessado pela ideologia. Ele não possui controle sobre seus dizeres, pois é a FD que regula o processo de constituição dos sentidos; ele sofre as determinações do ideológico. Todavia, para entender esse processo, é importante pensá-lo enquanto produto das relações de classe e do modo de produção dominante de determinada formação social.

Para Pêcheux e Fuchs (2014, p. 163) a “reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como ‘aparelhos ideológicos do Estado’”. Para os autores, os aparelhos ideológicos colocam em jogo “práticas associadas a lugares ou relações de lugares que remetem às relações de

classe” (PÊCHEUX E FUCHS, 2014, p. 163) e estas se organizam em formações que mantêm entre si relações de confronto, aliança ou dominação. Assim, é no interior desses aparelhos que são constituídas formações ideológicas (doravante, FI):

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 163).

As FDs, por sua vez, “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), isto é, a materialização da ideologia através da linguagem. Logo, a FI está para o pensar, enquanto a FD está para o falar, sendo estes dois fenômenos norteados pela ideologia. Sobre isso, Pêcheux e Fuchs (2014) explicam que

se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas ‘comportam necessariamente’ como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 163-164).

De acordo com os autores, a ideologia age através das FIs realizando a interpelação dos indivíduos em sujeitos a partir de uma determinada conjuntura, isto é, a partir de características particulares que levam em conta “características ‘regionais’ (o Direito, a moral, o Conhecimento, Deus, etc.) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe” (PÊCHEUX, 2014, p. 164).

O conceito de FD é crucial para a AD, “pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 43). Para Pêcheux (1995, p. 160), uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Isso significa dizer que os enunciados são produzidos a partir de elementos ditados por uma FD, criando um efeito ilusório de escolha, ou seja: o indivíduo tem a impressão de ter o controle do discurso, quando é condicionado pela ideologia e pela condição de produção de um lugar social. Dessa maneira, “o sujeito é levado, então, a deixar de fora de seu discurso elementos que possam trazer à tona outras formações ideológicas, estabelecendo-se, assim, uma ‘seleção’ de crenças, valores e formas linguísticas” (TAVARES, 2006, p. 194).

O conceito de FD também encontra respaldo em Foucault (1969). Para esse autor

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1969, p. 43).

A FD é concebida por Foucault como uma dispersão e no interior dela se produz um conjunto de regras as quais definem o sentido dos enunciados que a constituem. Essas regularidades são construídas por um sistema de paráfrases, sendo atravessadas pelo pré-construído. Para Brandão (2004),

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreender’ (BRANDÃO, 2004, p. 48).

É a partir do domínio da FD que se produzem os pontos de estabilização no sujeito, que levam a ver e entender a realidade de um certo modo. Identificar a si mesmo como sujeito ocorre no interior das FDs; é aí que o sentido se constitui.

Dessa maneira, uma FD representa discursivamente as formações ideológicas (doravante, FIs), isto é, a forma de pensar e de ler o mundo do sujeito, o que demonstra o caráter ideológico dos sentidos e implica na articulação entre linguagem e ideologia. Logo, os sentidos são construídos na medida em que são remetidos à determinada FD.

Pêcheux (2014) reitera que as FDs existem no interior de determinadas relações de classe e reformulam-se na história, isto é, fornecem elementos que podem ser retomados em outras relações ideológicas, transformando-se em outras FDs e originando outros discursos.

Dessa maneira, é importante compreender que uma FD não é, necessariamente, fechada e homogênea: “Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2010, p. 44).

Nesse sentido, Pêcheux (2014) afirma ser impossível precisar as fronteiras entre FD, FI e CP, considerando o caráter dialético destes conceitos. Portanto é preciso pensar nos elementos que trabalham para a composição do processo discursivo como unidades indissolúveis.

Diante do que vem sendo discutido, busca-se agora analisar a SD01 de modo a verificar em que FD **Veja** se inscreve:

(SD01) Por ser menor de idade, o assassino de Victor Deppman vai ficar não mais que três anos internado. Isso tem de mudar

**Veja** se inscreve em uma FD que toma os ACAI como bandidos que devem ser punidos. Esta FD, por sua vez, está inserida em uma FI direitista e neoliberal que representa os valores e interesses da classe média, classe esta de que não fazem parte a maioria dos adolescentes que cometem crimes, já que,

Segundo Rocha (2002), havia no país 9.555 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória. Destes, 90% (noventa por cento) eram do sexo masculino; 76% (setenta e seis por cento) tinham idade entre 16 e 18 anos; **63% (sessenta e três por cento) não eram brancos e destes 97% (noventa e sete por cento) eram afrodescendentes; 51% (cinquenta e um por cento) não frequentavam a escola; 90% (noventa por cento) não concluíram o Ensino Fundamental;** 49% (quarenta e nove por cento) não trabalhavam; 81% (oitenta e um por cento) viviam com a família quando praticaram o ato infracional; **12,7% (doze vírgula sete por cento) viviam em famílias que não possuíam renda mensal; 66% (sessenta e seis por cento) em famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, e 85,6% (oitenta e cinco vírgula seis por cento) eram usuários de drogas** (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, p.19, grifo nosso).

Logo, os sentidos produzidos a partir desta FD serão sempre negativos com relação os ACAI, porque a gama de enunciados disponibilizados para a construção dos dizeres sobre eles estão em relação de substituíbilidade no interior desta FD. Isto é, embora sejam palavras ou expressões literalmente diferentes, no interior da FD, elas recebem o mesmo sentido.

Acrescente-se outro conceito importante para a AD e que faz parte constitutiva do processo de produção do discurso: o interdiscurso. Pêcheux (1995) enfatiza o papel do interdiscurso, afirmando que a sua objetividade material contraditória é dissimulada pelas FDs: “propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

A noção de ‘interdiscurso’ remete a ideia de deslocamento de palavras ou enunciados, o que acontece historicamente entre as FDs e concerne ao caráter heterogêneo do discurso. O interdiscurso surge como o já dito e como o fio pelo qual passam todos os discursos que se pautam em uma FD e se encontram em relação de dependência para com esse “todo complexo com dominante”, ratificando/retificando certos sentidos.

A noção de ‘interdiscurso’ proposta por Pêcheux (1995) apresenta a relação de dependência das FDs para com o interdiscurso: “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Desta forma, toda FD será definida, construída e mantida a partir da relação com o ‘interdiscurso’ como seu princípio de constituição.

Logo, assim como uma FD é margeada pelo interdiscurso, a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso também passa pelo fio do interdiscurso. Conforme explica Pêcheux (1995, p. 163),

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Nessa perspectiva, o sujeito ocupa lugares no seio social, isto é, o lugar do professor, do aluno, do pai, e é levado a enunciar a partir do que esta posição requer, ou seja, a FI e a FD determinam o que pode e o que não pode ser dito em cada posição.

A noção de ‘interdiscurso’, para Orlandi (2010), não se diferencia de memória discursiva, pois ela julga existir uma proximidade entre as duas concepções. Para a autora, “A memória [...] tem suas características quando pensada em relação ao interdiscurso. E nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso”.(ORLANDI, 2010 , p. 31).

Para Pêcheux (1999, p. 52), por outro lado,

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível.

A noção de ‘interdiscurso’ a que Orlandi propõe, mais ou menos, na esteira de Pêcheux, surge como memória, isto é, um passado discursivo e um conjunto de já ditos que sustentam a formulação dos novos dizeres. Para a autora,

Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p. 89-90).

Assim, a noção de ‘interdiscurso’ cumpre a função de “designar o exterior específico de uma FD” (PÊCHEUX, 2014, p. 310). Por isso, toda FD só se constitui e se mantém por meio de sua relação com o discurso outro.

Para Possenti (2005) a noção de ‘interdiscurso’ definida por Maingueneau (2007) também é operacional para a AD e a ideia de espaço discursivo proposta pelo autor coincide com a definição defendida por Pêcheux.

Para Maingueneau (1997, p. 113).

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma forma discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

O autor ainda propõe pensar no interdiscurso a partir de uma tríade que inclui o universo discursivo, o campo discursivo e o espaço discursivo. Por universo discursivo, o autor entende o conjunto de FDs de uma conjuntura dada.

Para Possenti (2005), esse universo constitui-se como o horizonte a partir do qual se constroem os campos discursivos. Os campos discursivos se referem ao conjunto de FDs que se encontram em concorrência em uma região desse universo: “É no interior do campo discursivo que um discurso se constitui [...] tal constituição pode ser descrita em termos de operações regulares sobre FDs já existentes” (Possenti 2005, p. 383, apud Maingueneau, 2007). O espaço discursivo, por sua vez, refere-se a subconjuntos de FDs cuja relação deve ser julgada relevante pelo analista.

Ademais, Maingueneau (2007, p. 33) coloca em cena no interdiscurso a relação do “Mesmo do discurso e seu Outro”, isto é, o outro como condição para o mesmo: “O Outro encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (POSSENTI, 2005, p. 385)

A noção de interdiscurso possibilita dizer que os discursos sempre estão em relação de troca, isto é, não são independentes uns dos outros, o interdiscurso funciona como um passado/presente discursivo de discursos distintos e dispersos. Isso justifica o fato de as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estarem dadas, pois elas são intercambiáveis e circulam entre diferentes FDs, fator que constitui o interdiscurso sob condições de produção dadas.

Uma análise da SD01, a partir da perspectiva do interdiscurso permite vislumbrar a que discurso a **Veja** se opõe:

(SD01) Por ser menor de idade, o assassino de Victor Deppman vai ficar não mais que três anos internado. Isso tem de mudar

Ao afirmar “**Isso tem de mudar**”, o semanário se contrapõe uma outra FD que entende que a redução da maioria penal não deve acontecer e que três anos de internamento é um tempo de reclusão apropriado para a recuperação dos ACAI. Neste caso, a contraposição ao discurso jurídico sustentado por outra FD.

Assim, parte-se de um discurso que assegura a inimputabilidade de menores de idade para um discurso que os condena. O interdiscurso transpassa essas duas FDs, na medida em que carrega (efeitos) de sentidos diferentes sobre os ACAI. Enquanto em uma FD eles são vistos como bandidos e criminosos, na outra, eles são tidos como crianças/adolescentes que precisam de apoio e proteção por estarem em processo de construção de identidade.

Ademais, a passagem de um discurso a outro mantém, por meio de memória discursiva, que a solução para a criminalidade é a penalização. Logo, a punição seria o caminho para conter a criminalidade praticada por adolescentes.

#### 4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível perceber que o discurso que permeia a SD é a presunção de impunidade dos ACAI. Pode-se dizer, assim, que a **Veja** deixa transparecer uma concepção arcaica e severa de “justiça”, baseada na punição, fortemente influenciada pelo modelo de formação social capitalista que abarca os que têm um lugar determinado nesta estrutura e marginalizam os que não se encaixam ou se voltam contra este modelo.

Há um silêncio conivente, que desvia a culpa pelos altos índices de criminalidade na adolescência da falta do estado para com estes jovens e silencia questões alarmantes sobre as péssimas condições de subsistência em que vivem a maioria dos ACAI, já que a grande maioria deles é oriunda da classe baixa e entram para criminalidade como forma de subsistência.

A questão parece muito simples de ser resolvida a partir da perspectiva de **Veja**, transferem-se todos os ACAI para prisões e condenam-se os novos e restaura-se a ordem na sociedade, a questão é: a ordem de quem e para quem? Mais uma vez o capitalismo volta a gerir esta discussão, excluem-se os que não fazem parte da ordem em prol dos que importam à ordem.

Outro ponto importante que nutre a discussão apresentada refere-se à interdiscursividade. Tem-se o discurso de **Veja** em oposição constante a outros discursos, mobilizam-se sentidos entre FDs ora mantendo-os ora deslocando-os, considerando que o DJ “funciona construindo um modelo de compreensão de sentidos, instituindo uma ordem, isto é,

organizando e fazendo circular os sentidos que interessam a instâncias que o dominam” (CORACINI, 2007, p. 62).

## 5 REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, L. L. A. de. O sujeito da socioeducação entre o político, o administrativo e o jurídico. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (orgs.) **Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm). Acesso em: 10 set. 2016.

CATTELAN, J. C. **Colcha de retalhos: micro-história e subjetividade**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (maternas e estrangeiras), plurilinguismo e tradução**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

FIORIN, J. L. Tendências da análise do discurso. **Estudos Linguísticos**, v. 19, 1990.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Beata Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 21º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 9. ed. Tradução e Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso**. 2ª edição revisada e aumentada. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª ed. São Paulo. Campinas: Pontes, 2010a.

\_\_\_\_\_. Políticas institucionais: a interpretação da delinquência. **Bolema**, v.23, n.36. Rio Claro: Unesp, PP. 625-638

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, F; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995

\_\_\_\_\_. Análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P. [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes 1999, p. 49–56.

POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. v.3. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, C. L. **VEJA**: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Cascavel: Edunioeste, 2009.

\_\_\_\_\_. **Veja**: o Indispensável Partido Neoliberal (1989-2002). 2005. 658 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói.

\_\_\_\_\_. **A análise do discurso**: Conceitos e aplicações. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

SOARES, A.; SILVA, C. L. Chávez, a Venezuela e a Esquerda: o atraso da América Latina-O Discurso jornalístico e a construção de um continente. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAREL, N. R. (orgs). **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.